



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 60ª
(SEXAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 7 DE AGOSTO DE 2008.

1
29

38

67 *baudas*

Publicação contida no DS. 15-15, de 29/08/08.
Serviço *Luiz* Matrícula 1173797



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Na Presidência dos trabalhos, saúdo os trabalhadores da Saúde e os trabalhadores do transporte alternativo que se encontram na galeria para assistir a nossa sessão ordinária. Registro a presença do Deputado Raimundo Ribeiro e do Deputado Reguffe. Há também um conjunto de Parlamentares que se encontram ao lado do plenário.

Convido o Deputado Raimundo Ribeiro, que regressou a esta Casa há exatamente 24 horas, a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 151, de 27/08/2008, juntamente com a ata sucinta da 60ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solcito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 58ª Sessão Ordinária;
- Ata da 59ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos últimos dias, lidamos com uma situação crítica na Câmara Legislativa devido à questão do transporte alternativo, do STPA.

Estão aqui também os profissionais da Saúde, tanto do sindicato de médicos quanto auxiliares, técnicos, nutricionistas, odontólogos; enfim, todos os servidores da Saúde.

Assim, sugiro a V.Exa. suspendermos esta sessão e convocarmos uma comissão desses segmentos representativos para realizar uma reunião e tentar avançar nas negociações.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me que haverá uma reunião, agora, para tratar da questão do transporte alternativo. Espero que se tome uma decisão e acabe todo esse imbróglio na tarde de hoje, pois ninguém o agüenta mais.

No entanto, os servidores da Saúde que aqui estão não precisam ficar aguardando. A votação da proposição que trata da Saúde será rápida. Será concedido um aumento justo aos médicos e haverá um compromisso, ao microfone, de que os outros profissionais da Saúde não ficarão sem o mesmo percentual, no mínimo, de aumento. Esse compromisso público precisa ser feito ao microfone pela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Liderança do Governo. Isso é importante para que, depois, não tenham outro tipo de entendimento. O aumento dos médicos é importante, mas os outros profissionais da Saúde também merecem o aumento.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros Colegas, está acertado que as enfermeiras, dentistas, técnicos; enfim, que todas as categorias terão o mesmo aumento que nós, médicos. Sou médico e, mais que qualquer um dos presentes, tenho uma grande identidade com essa categoria. Sempre estarei com esses profissionais, agora e após a votação da proposição, porque é muito fácil falar sem olhar para o futuro.

Após a votação do projeto que trata do aumento do salário dos médicos, o meu gabinete estará aguardando os representantes, os diretores dessa categoria, para encaminharmos imediatamente a questão. O que for concedido aos médicos, será concedido a toda a categoria.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, algumas coisas precisam ficar claras. Houve uma reunião pela manhã. Ontem, acordamos – é bom deixar claro que acordo é para ser cumprido – em haver hoje uma reunião com os secretários de Planejamento e Saúde para discutirmos a questão dos outros profissionais de Saúde, a fim de que esses servidores não só obtenham o mesmo percentual concedido aos médicos, mas também obtenham a retroatividade.

Hoje pela manhã, houve uma reunião com o Governo, com os Secretários Geraldo Maciel e Ricardo Penna – V.Exa e as Deputadas Erika Kokay, Jaqueline Roriz, Eliana Pedrosa também participaram dessa reunião. É bom que fique claro aqui que o que temos garantido é o percentual de reajuste. Não está garantida a retroatividade.

Assim, é importante que haja uma negociação com o conjunto de trabalhadores e os Deputados desta Casa para tentar um entendimento. Somos favoráveis ao aumento dos médicos, mas temos de deixar claro que os outros profissionais também merecem o mesmo tratamento, tanto no percentual quanto na retroatividade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação dos Parlamentares. Convido a comissão dos representantes das diversas categorias da Saúde e a dos representantes do transporte alternativo para uma reunião na sala do cafezinho com os Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

A Presidência vai suspender os trabalhos por vinte minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h41min, a sessão é reaberta às 17h27min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço permissão a V.Exa. para trazer um esclarecimento a este Plenário, por meio da leitura de uma nota técnica, em função da aprovação do Projeto de Lei nº 862, de 2008.

Quando da redação final na Comissão de Constituição e Justiça, descobrimos que tinha sido omitida do texto final a expressão “em áreas residenciais” no inciso I do art. 32.

Toda a nossa discussão, como hoje foi comprovado por todas as lideranças de partidos, era para órgãos públicos, atividades de uso institucional e atividades educacionais instaladas em áreas residenciais legalmente autorizadas pelo órgão competente com anuência da comunidade.

Então, fiz uma nota técnica. Pela liturgia da Casa, precisamos fazer a leitura para que haja confirmação deste Plenário da intenção na votação do Projeto de Lei nº 862, de 2008.

Esclarecemos que, no Projeto de Lei nº 862/08, o PT apresentou as emendas de nºs 1 a 20, que foram lidas. A Emenda nº 3 foi exceção, já que não foi lida. Depois, por advertência da Mesa, quando relatava outro processo, em seu bojo eu disse: “Antes de relatar este, quero dizer que omiti a Emenda nº 3, que também foi aprovada”.

Para que não pairessem dúvidas na taquigrafia e na redação final, estou enviando a nota técnica à Mesa, pois foi esta, realmente, a posição da Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência informa aos Parlamentares que o Projeto de Lei nº 862, de 2008, necessita de correções no texto para que a Comissão de Constituição e Justiça conclua a sua redação final. Como se trata de correções de forma, cujo mérito foi amplamente discutido no fórum próprio, determina o Regimento Interno que elas sejam comunicadas aos Deputados e ao Plenário. Em razão disso, passo a enumerá-las:

“1. A CCJ detectou incompatibilidade (ver nota técnica) entre as Emendas nºs 14 e 28, ambas aprovadas e de autoria do PT e do Deputado Roberto Lucena, ao mesmo dispositivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Consolidado o texto sugerido pelos técnicos da CCJ e firmado pelos autores, pelo Líder do Governo e pela Presidente da CCJ, foi solicitada a republicação da redação final.

2. Antes da republicação, a Deputada Eurides Brito informa constatar que a Emenda nº 21, de sua autoria, alterando o inciso I do art. 32, na forma como consta do processo, está incorreta, já que, embora amplamente discutida e aprovada, faltou a expressão 'em áreas residenciais'.

Para esclarecer, na forma impressa não se detecta nenhuma incorreção. Na verdade, há a omissão textual na elaboração.

Por orientação da Deputada Eurides Brito — conforme nota técnica —, acrescentou-se ao texto aquela expressão, para traduzir, segundo a nota, a real discussão entre os Parlamentares.

Por ser alteração de construção de frase e não de mérito, o Regimento Interno impõe o conhecimento dos Deputados e do Plenário”.

Feita a comunicação, indago se há manifestação em contrário.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer uma dúvida que tenho, especificamente quanto à cidade de Planaltina, mas que pode existir em relação a todo o Distrito Federal. Quando mudamos essa área residencial para...

DEPUTADA EURIDES BRITO – Deputado Berinaldo Pontes, não se está mudando.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Deputada Eurides Brito, já foi mudada.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não. Não se está mudando a área residencial. São os alvarás emergenciais. Mudança de área é outro assunto na Casa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Mas, hoje, essas áreas são destinadas à educação, em áreas que eram residenciais.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não são destinadas à educação. Elas funcionam como áreas para a educação há dez, quinze, vinte anos. Emergencialmente, o Governo concedeu alvará até que seja resolvida a situação. Essa é a questão.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Tudo bem.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Há mais alguma indagação sobre o assunto?

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero registrar o meu posicionamento contrário, até porque votei contra o projeto. Então, por coerência, faço esse registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Na verdade, Deputado Reguffe, estamos discutindo a questão da redação. V.Exa. é contrário à correção da redação, de um erro de português?

DEPUTADO REGUFFE – Não. Quero apenas deixar claro que fui contrário ao projeto no todo, inclusive à parte que está sendo corrigida, já que votei contrariamente ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Reguffe, V.Exa. não está entendendo. Estamos corrigindo um erro de redação, somente. Não estamos discutindo o mérito. V.Exa. é contrário à correção da redação do texto?

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, não tenho nenhum óbice à correção da redação. Estou apenas registrando que sou contra o projeto, que, na minha opinião, não é bom para a população, até porque vários moradores são contrários a isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Certamente, agora eu entendi. Fica registrado o seu posicionamento.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, deve ficar muito clara essa questão. Deputado Reguffe, se não for feita a correção...

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Paulo Tadeu, o Deputado Reguffe não é contra a correção.

DEPUTADO PAULO TADEU – Se não fizermos a correção da redação, conforme aprovado pelo Plenário, independentemente se votamos contra ou não ao projeto, estaremos, em tese, modificando a vontade do Plenário. Então, se for isso, Sr. Presidente, tem de ser feita a correção. Se houver dúvida com relação à correção — por exemplo: se tiver sido feita uma correção que não condiz com aquilo que foi discutido e aprovado em outro momento —, estaremos mudando o texto. Essa é a questão concreta.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A discussão aqui não é de mérito, é de correção de texto.

DEPUTADO REGUFFE – Não tenho nenhum óbice à correção feita pela Deputada Eurides Brito. Apenas quero registrar o meu voto contrário ao projeto, que foi dado durante a sua votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A sua posição ficou clara, Deputado Reguffe. V.Exa. não está de acordo com o mérito da proposição.

Como não há nenhum óbice quanto às retificações no texto do projeto, elas estão aprovadas com a presença de 18 Parlamentares, incluindo a republicação da redação final nos termos do texto, das folhas 122 a 131.

Ficam também aprovadas as questões de ordem da Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Leonardo Prudente, é importante esclarecermos aos Parlamentares desta Casa sobre as discussões travadas com relação à questão dos médicos e demais categorias da área da Saúde, bem como à questão dos trabalhadores do transporte alternativo. É preciso dar uma satisfação a essas categorias, ou até mesmo abriremos, caso seja necessário, um debate para tratarmos desses assuntos.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, darei as explicações a V.Exas., mas antes eu gostaria de usar a palavra para falar sobre a pauta de votação. Há acordo para a votação do projeto, em segundo turno, que trata do vencimento básico da carreira médica, item nº 9, e também do item nº 29.

Peço permissão a V.Exa. para fazer uma explanação da tribuna, para que eu não fique de costas para as pessoas presentes nas galerias, que também aguardam informações sobre as questões não só das *vans*, mas também dos auxiliares da Saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Os Deputados que participaram da reunião de ontem e queiram se manifestar, inscrevam-se imediatamente, por favor.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, cumprimento todos nas galerias e, em especial, os servidores da Saúde, os trabalhadores do transporte alternativo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Pela manhã, estivemos com o Chefe da Casa Civil, com o Secretário de Planejamento, com a Secretária Adjunta de Educação, com o Diretor do DFTRANS, com o Secretário Adjunto de Transportes e com vários Parlamentares. Houve uma discussão acalorada, na tentativa de encontrarmos uma alternativa que pudesse contemplá-los. Ficamos até as 14 horas, mas na verdade avançamos muito pouco, ou quase nada, em relação ao que tínhamos conversado ontem.

Portanto, o queremos dizer é que, se não temos ainda uma solução, estamos de plantão permanente na tentativa de encontrarmos algum indicativo que possa contemplá-los. É importante lembrá-los de que as negociações passam sempre por alternativas de colocação do sistema em questões isoladas, como o programa de governo, como o programa de transporte, como o programa de erradicação do analfabetismo, como o programa ProJovem, ou seja, programas que não conflitam, ou que não estão em paralelo com o sistema convencional.

Deixo bem claro para os senhores que, em nenhum momento, houve qualquer sinalização por parte do Governo com relação à volta das *vans* na forma tradicional, à volta das *vans* para as linhas nas quais os senhores estavam operando. Estamos buscando uma alternativa.

Olhem, eu não vim aqui para fazer o discurso que vocês gostariam de ouvir. Eu vim aqui para falar a verdade. Se os senhores quiserem que eu fale a verdade, vou continuar a falar; senão, vou me dirigir aos amigos da Secretaria de Saúde.

A nossa disposição em negociar continua. Inclusive, pedi aos representantes dos senhores que enumerassem alternativas de linhas que não coincidisse com as dos ônibus convencionais e microônibus, para que pudéssemos levar isso ao Governo.

Com relação aos nossos amigos auxiliares de saúde, recebemos hoje também na reunião com o Secretário de Planejamento e o próprio Chefe da Casa Civil a informação de que as negociações estavam em andamento com os representantes dos senhores, ou seja, com os dirigentes dos sindicatos. Inclusive, há uma reunião marcada para amanhã, às 10 horas da manhã, para fechar a questão do percentual, a questão da retroatividade, ou não, e de que forma esse valor será pago – se como abono ou como um percentual a ser compensado à frente. Estaremos em plantão permanente.

Independentemente da questão dos médicos, quero dizer do nosso comprometimento, Líder de Governo e todos os Deputados desta Casa, com a defesa intransigente das reivindicações dos senhores técnicos da área de saúde – enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, auxiliares – para tenham os mesmos direitos e sejam compensados da mesma forma que os médicos.

Esse é o trabalho que continuaremos a realizar, é a nossa luta, independentemente da questão dos médicos aqui colocada. É por isso que estamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

confortáveis para votar a questão dos médicos, com a certeza de que o projeto dos senhores chegará a esta Casa e de que não serão prejudicados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. Antes, porém, esta Presidência informa que estão encerradas as inscrições para o uso da palavra.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, companheiros que estão na galeria, quero começar o meu discurso dizendo que estou aqui para falar a verdade, até porque essa é a função de qualquer Parlamentar e de qualquer cidadão.

Então, é bom deixar claro que, quanto à questão da saúde, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores – Deputados Erika e Paulo Tadeu –, somos favoráveis ao reajuste dos médicos, pois, é claro, os médicos salvam vidas no Distrito Federal. Mas o sistema de saúde é complexo e completo, e a Saúde Pública do Distrito Federal não vive só com um tipo de profissional, vive com todos os profissionais. Há quatro mil médicos no Distrito Federal e vinte e três mil servidores auxiliares, técnicos de enfermagem, nutricionistas, psicólogos, odontólogos e outros mais. É bom deixar isso claro! Esses companheiros ficaram de fora desse reajuste. Eles vão receber, porque o Governo vai encaminhar o projeto para esta Casa, conforme informado pelo Líder do Governo. Embora tenhamos acertado uma reunião para hoje com o Secretário de Planejamento e o Secretário de Saúde, essa reunião ficou para amanhã, às 10 horas da manhã, como já mencionou o Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo.

A reunião de amanhã visa à continuidade da negociação. Mas o que está assegurado é o mesmo percentual de reajuste, não está assegurada para os companheiros a retroatividade. O Secretário de Planejamento, Ricardo Penna, deixou isso bem claro para os companheiros que estavam presentes na reunião de hoje, Deputados Eliana Pedrosa, Erika Kokay, Paulo Tadeu, Leonardo Prudente e Jaqueline Roriz.

Quero esclarecer que não estão fechadas as negociações. Por isso, companheiros, seguindo o raciocínio do Secretário de Planejamento, do Secretário Institucional, Geraldo Maciel, e dos demais Parlamentares da base do Governo, não todos, mas aqueles que pensam dessa forma, a pressão dos médicos – com todo o direito – por meio do sindicato, com seus argumentos, propiciou um reajuste. Então, vocês também têm de continuar na luta até que seja aprovado o projeto, com organização, mobilização e, inclusive, utilização do instrumento da greve, se preciso for, porque foi desta forma que os companheiros médicos conseguiram o reajuste.

É bom deixar claro que a responsabilidade do *apartheid* na Saúde é do Governador Arruda, não é responsabilidade dos Parlamentares desta Casa. Isso tem de ficar claro!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Quanto à questão do transporte alternativo, em reunião com o Governador, foi feita uma proposta aos companheiros do STPA de contratação emergencial, disponibilizando 50 *vans* para a educação, para o ProJovem, para o Mão na Roda, além de tentar outras alternativas emergenciais. Vamos deixar isso claro aqui. A negociação de hoje, em vez de avançar, retrocedeu. O Governo não garantiu nem isso nas reuniões que tivemos hoje. Por isso, é importante que os companheiros tenham clareza da necessidade da mobilização, da organização, da luta, do enfrentamento a partir de hoje com o Governo Arruda.

É bom esclarecer para os Parlamentares desta Casa, para a sociedade e para a imprensa que existem quase trezentos ônibus circulando nas linhas de ligação em que as *vans* rodavam, sem concessão, sem respeito à lei de licitação. O Governo agiu favorecendo os empresários de ônibus em detrimento dos trabalhadores das *vans*. Vocês precisam se sustentar. Os empresários, embora também precisem, têm condições financeiras de se manterem por um bom período, diferentemente da situação de vocês.

Meu último recado, companheiros: a bancada do Partido dos Trabalhadores, que acompanha esse processo, o Deputado Leonardo Prudente e os Parlamentares desta Casa continuarão tentando encontrar uma solução. O Secretário de Transportes, Alberto Fraga, retornou de viagem e já está em Brasília. Por isso, vocês têm de se organizar e se mobilizar. Em vez de ficarem aqui para que esta Casa resolva o problema – e os senhores têm que continuar pressionando também os Parlamentares –, pressionem também o Governo do Distrito Federal. O responsável pelo desemprego dos senhores e pela situação em que se encontram é o Governo do Distrito Federal, o Governador José Roberto Arruda.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Usei a tribuna para fazer um esclarecimento necessário às categorias que estão na galeria, pois não queria fazê-lo de costas. Usei a tribuna para poder falar de frente.

Talvez o Deputado Cabo Patrício não tenha sido feliz ao utilizar o termo “ir para o enfrentamento com o Governo Arruda”, porque estamos num processo de negociação. Se o desejo da categoria for o enfrentamento, iremos parar a negociação. Uma negociação se faz em alto e bom nível, e é desta forma que continuarei lutando e defendendo os interesses dos senhores. Se formos medir forças e partir para o enfrentamento, eu não irei mais negociar com o Governo.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – O Deputado Leonardo Prudente não veio do movimento sindical. S.Exa. é empresário e não entende que o enfrentamento citado aqui, como também no carro de som quando estamos em assembléia, refere-se aos mecanismos de que os trabalhadores hoje desempregados dispõem para fazer com que o Governo atenda as suas reivindicações.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – É preciso enfrentar a intransigência e a política implantada pelo Governador Arruda no que diz respeito aos transportes alternativos.

Estamos apostando em uma negociação de fato. O que vimos hoje foi um retrocesso na proposta que tinha sido feita pelo Governador. Mão na Roda não pode incluir as *vans*; transporte escolar não pode incluir as *vans*; nem se tem assegurada a linha de crédito que foi apresentada como proposta para o Governador do Distrito Federal.

Para que tenhamos realmente uma negociação, o Governador Arruda tem que honrar as propostas que faz à Mesa, tem que sair do topo da sua insensibilidade e entender que esta categoria tem pressa porque está na rua do desemprego, sem condições de efetivar o seu trabalho. E que, além dos trezentos ônibus, quando se ampliou o funcionamento do Metrô, o Executivo também solicitou a circulação de sessenta ônibus que estavam na reserva.

Então eu me pergunto: se ele solicitou os ônibus, por que não solicitou que as *vans*, já que havia um grande número delas, cumprissem a função que os ônibus cumprem hoje, inclusive utilizando o transporte que se tornou dispensável a partir da ampliação do Metrô?

Portanto, Deputado Wilson Lima, o que queremos é uma negociação, mas que seja uma negociação que caminhe na resolução dos problemas desses trabalhadores, para que eles não precisem esperar dois, três, quatro ou até cinco meses por um processo de licitação e para que, a partir de amanhã, já tenham uma perspectiva de retorno ao trabalho.

Eu gostaria de saber se o Governador Arruda, uma vez desempregado, concordaria em ficar à mercê de uma espera, de um futuro inseguro, sem ter o seu instrumento de trabalho de imediato. Que o Governador Arruda se coloque no lugar de cada uma dessas pessoas e entenda o que elas estão sofrendo neste momento.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dividir a minha questão em dois momentos, até em respeito às pessoas que se encontram na galeria. Não podemos deixar passar batido tudo o que vem ocorrendo nos últimos dias. Infelizmente, infelizmente mesmo, a Câmara Legislativa vem passando por uma pressão social, fruto de equívocos cometidos pelo Governo do Distrito Federal.

Quero iniciar, citando a questão dos trabalhadores do transporte alternativo. Esta semana participamos de várias reuniões com o Governo na tentativa de encontrar uma solução que beneficiasse, não uma ou outra pessoa, mas 3.500 trabalhadores. Pode-se ter divergências político-partidárias, Deputado Benício Tavares, com uma ou outra Liderança. Podemos até não gostar de uma ou outra pessoa, mas nesse caso são 3.500 pessoas que estão sendo prejudicadas em razão de interesses econômicos e partidários que estão se sobrepondo inclusive ao direito dos trabalhadores de trabalharem dignamente.

O que temos procurado dizer ao Governo é que ele colocou trezentos ônibus para rodar nos lugares em que as vans rodavam, sinalizando com essa postura que ele está privilegiando alguns poucos empresários em detrimento de milhares de trabalhadores.

Nós, Parlamentares de diversos partidos, não estamos satisfeitos, assim como vocês, com as alternativas apontadas até o momento. O que queremos é que o Governo assine imediatamente um contrato, em caráter emergencial, para garantir que esses trabalhadores voltem a rodar no sistema de transporte público de Brasília. A partir daí, todas as demais propostas que estão sendo apresentadas pelo Governador são passíveis de solução, Deputado Batista das Cooperativas. Portanto, é isso que queremos que de fato ocorra. E vamos continuar lutando até que convençamos o Governador de que esses trabalhadores precisam trabalhar.

Com relação à Saúde, eu quero dizer que é mais uma demonstração de um erro do Governo, pois ele próprio disse à categoria da área da Saúde que iria tratar todos os segmentos de maneira isonômica, garantindo o mesmo reajuste, no mesmo período, para todos os trabalhadores. Até porque os médicos, os auxiliares e as demais categorias são responsáveis pela Saúde do Distrito Federal. Assim, não cabe discriminação.

Os Parlamentares reconhecem que os médicos, no primeiro semestre deste ano, lutaram contra a postura intransigente do Governo. Essa luta, inclusive, gerou críticas do Governador aos médicos. Luta essa que, por pouco, não avançou para uma greve. O Governador foi obrigado a enviar para a Câmara uma proposta que atendesse, nesse primeiro momento, a reivindicação dos médicos, à qual somos favoráveis. Não poderíamos deixar de ser favoráveis ao reajuste para os médicos.

Queremos protestar, não pela concessão do aumento aos médicos, mas porque o Governo ainda não apresentou uma proposta igual para as demais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

categorias. Esta é a nossa postura hoje: defender os médicos e todos os servidores da Saúde.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. é brilhante na Presidência – sem nenhum demérito a ninguém. Os trabalhos fluem mais rapidamente.

Na sala do cafezinho – local em que ocorre outra instância do processo legislativo, que foi criado pela cultura da Casa – dei um testemunho. Se pegarem todas as exposições de motivos que deram aumento às categorias da instituição a que pertenco, não encontrarão nenhuma diferente da outra, e tudo ao mesmo tempo. Nós delegados – já fui de outra categoria, a de agente de polícia – nunca aceitamos aumento diferenciado ou extemporâneo entre as categorias que integram nossa Instituição. Não entendo por que não veio o aumento para os outros trabalhadores da Saúde, juntamente com o dos médicos. Não dá para entender isso. Apresentem-me a razão. Por que o Governo não enviou a proposta com esse aumento? Como já foi dito aqui, não somos contra o aumento dos médicos. Apenas consigno que não entendo por que esse aumento não beneficiou todas as categorias.

Com relação às *vans*, estamos acompanhando esse processo doloroso, dolorido, que afeta todas as famílias desde o seu nascedouro. Ninguém é contra a regulamentação do sistema de transportes, nem mesmo os trabalhadores do transporte alternativo. Todos são favoráveis à regulamentação. O que questionamos é como, num passo de mágica, embora haja uma lei, colocam-se à margem do trabalho tantas famílias. Há um número aproximado de doze mil pessoas desempregadas. Defendo a legalidade, mas não entendo o porquê disso.

Sou claro, sou direto naquilo que tenho que dizer. Sou da base do Governo, sim, mas ninguém vai me manietar de dizer aquilo que preciso dizer. Agora, como vamos chegar a um acordo, todos rindo, com doze mil trabalhadores sem uma opção? Participei de uma reunião com o Governador. S.Exa. ofereceu alternativas, mas disseram-me hoje que teria voltado atrás.

Então, eu queria registrar isso e dizer também que são mais doze mil pessoas que estão sendo prejudicadas, com esses quatro mil trabalhadores que, de repente, estão sem opção de trabalho, humilhados em seu modo de viver.

Não tenho por que não falar isso. E, com isso, não estou dizendo que o Governo deva proceder fora da lei, não. Os procedimentos – alguns do Governo – é que são abruptos. Vêm de sobressalto às pessoas! Não acreditaram no fato de que teríamos esta galeria e as ruas cheias de trabalhadores que tinham o seu trabalho garantido. Era só programar! Os senhores – tenho certeza – aceitaram isso, mas ninguém acreditava que de um dia para o outro procederiam dessa forma.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Quero deixar isso registrado. Não sou contra, ninguém aqui é contra, nem vocês o são. Insurjo-me contra alguns procedimentos que trazem sobressalto às pessoas.

Muito obrigado.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pessoas presentes na galeria, dividirei o meu pronunciamento em dois momentos. Quero primeiro falar do transporte coletivo desta cidade. Na minha opinião, esta Casa tem que instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Público do Distrito Federal. Apresentei requerimento neste sentido no ano passado e penso que esta Casa tem que investigar a fundo esse tema.

Brasília é o único lugar, não do Brasil mas do mundo, onde dono de empresa de ônibus fica tão rico que vira dono de empresa de aviação. Existem dois casos aqui. Não se trata de um caso isolado, são dois. E o tercelro virou Senador da República.

Fazer transporte público, ser dono de empresa de ônibus em Brasília é um baita negócio para o dono da empresa, porque para a população que reclama desse transporte, que não é de boa qualidade, parece que não é na população que estão pensando. Se esses donos de empresas de ônibus têm uma concessão e se eles não estão prestando serviço com qualidade à população, é preciso cassar a concessão. Concessão não é propriedade. Podem até corrigir embaixo, mas devem corrigir em cima também. O que é isso?

É necessário cassar a concessão dessas empresas de ônibus que não estão prestando serviço a contento há tempo, e ninguém faz nada! É preciso que uma Comissão Parlamentar de Inquérito seja instalada nesta Casa para investigarmos o transporte público do Distrito Federal.

Com relação à fatídica portaria tão comentada, não vou entrar no mérito, só vou dizer que ela é desrespeitosa com o Poder Legislativo. A portaria desfaz algo que foi decidido nesta Casa, independente do voto de cada um. Isso é uma coisa, outra coisa é desfazer uma decisão anterior do Poder Legislativo. Os Poderes têm que ser harmônicos e independentes. Portanto, na minha opinião, esta portaria é de uma estupidez, de uma burrice e de uma afronta ao Poder Legislativo do Distrito Federal.

Com relação à Saúde, eu não tenho duas caras, não tenho duas posições, não vou querer ficar bem com todo mundo. Vou dizer a minha posição: a minha preocupação não é com quem oferece o serviço público, a minha preocupação principal é com quem recebe o serviço público e necessita de um atendimento de saúde básica digno. E hoje não recebe. Para isso tem, inclusive, que melhorar a remuneração do pessoal que trabalha na Saúde. A remuneração não é fim, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

remuneração é meio para que o contribuinte tenha um bom atendimento de saúde. Não é só aumentando os salários que se melhora a qualidade do serviço público de Saúde do Distrito Federal, mas é também melhorando o salário que teremos nesta cidade um serviço público de Saúde decente.

Eu acho que os médicos têm que ter aumento, sim. Saúde pública tem que ser prioridade no orçamento e na sua gerência. Se for votado o aumento dos médicos, eu votarei favorável, porque acho que os médicos têm que ter aumento. Agora, eu não considero correto que se conceda aumento apenas para os médicos e se esqueça dos outros profissionais da área de Saúde. Não é pelo número desses profissionais, que é muito maior, mas porque não é justo. E o que estou discutindo aqui é a justiça.

Na minha opinião, essas pessoas que ainda ganham salários inferiores aos dos médicos mereciam tanto quanto os médicos um aumento de salário. Se eu tivesse que fazer uma opção entre colocar um remédio que está em falta no hospital e conceder aumento de salário para um médico, talvez eu fizesse a opção pelo medicamento. Não sei. Eu só não acho que é justo conceder um aumento para quem ganha mais e esquecer um enorme conjunto de pessoas que luta tanto quanto os médicos, em condições também difíceis nos hospitais públicos do Distrito Federal. E essas pessoas têm que aguardar esse aumento.

Eu penso que a metodologia do Governo, que eu até acredito que possa estar querendo fazer justiça com isso, deveria ser da isonomia, de conceder aumento junto. Um enfermeiro faz tanto quanto um médico, um psicólogo ou um odontólogo. E nós só vamos melhorar a Saúde pública quando pensarmos nela como um todo. Pensarmos nos médicos, nos outros profissionais de Saúde e, também, na Infra-estrutura dos hospitais. Porque não tem quem grite pela Infra-estrutura dos hospitais. A Infra-estrutura dos hospitais do Distrito Federal está em uma qualidade mais do que deficiente, uma qualidade para lá de precária. E quem sofre é o contribuinte, é a pessoa humilde que é atendida nos hospitais públicos do Distrito Federal.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, prezados colegas, imprensa, pessoas presentes na galeria, eu só quero repetir o que já foi dito pelos colegas que me antecederam.

Eu penso que o Governo tem que tomar medidas e, às vezes, as medidas têm que ser duras, mas nunca se pode perder a dimensão do social, nunca se pode perder a dimensão das pessoas. Confesso que estava muito preocupada até antes de ontem, mas o Governador Arruda abriu uma negociação, arranhou um interlocutor que conhece o setor e é uma pessoa séria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Entendo a insatisfação de vocês, pois estão vivendo uma situação bastante angustiante, mas é muito importante que se ressalte que esse diálogo está aberto e que, pouco a pouco, estamos construindo uma solução para cada caso. Hoje pela manhã, trouxeram-nos um grupo de casos e desse grupo, eu diria, 50% dos casos já foram resolvidos. Agora, ainda há 50% para resolver!

Bom, pelo que estou entendendo, o pedido que chegou a esta Casa não corresponde ao que vocês querem. Eu me afasto das negociações até entender o pleito de vocês! Deputado Leonardo Prudente, a partir deste momento, estou deixando as negociações, porque, de fato, me parece que as lideranças do setor não estão traduzindo o anseio das pessoas que estão ali. O nosso compromisso, até hoje, é conseguir uma solução para os 3.500 trabalhadores e para os 600 permissionários de poucos meses atrás ou do mês passado. Como a reivindicação não está chegando correta, não mais me considero competente para fazer parte desta comissão de negociação.

Com relação aos profissionais da Saúde, quero dizer que deixei registrado, ontem, que votaria no projeto que trata do aumento dos médicos com o conhecimento de que o Governo nos encaminharia o projeto das demais categorias, e não apenas matéria relativa à Saúde. A carreira de assistência social, por exemplo, diferentemente da carreira de saúde, tem sido esquecida ao longo dos tempos, bem como está esquecida a carreira dos psicólogos e dos agentes sociais. Há um número muito grande de trabalhadores que merece a mesma atenção, o mesmo percentual de aumento, as mesmas condições.

Foi fechado hoje com o Governo que as categorias seriam chamadas, no máximo, até amanhã para o encaminhamento dos projetos para a próxima semana. Esta Casa é absolutamente responsável. Não entendemos que possamos fazer política pública no Distrito Federal com uma massa de profissionais e de trabalhadores insatisfeitos e sem qualidade de vida! Nós precisamos ter um bom atendimento. No entanto, só haverá bom atendimento à saúde das pessoas e à assistência social do Distrito Federal se esses trabalhadores forem atendidos e respeitados, tendo uma vida dignificada. E esta Câmara sempre teve esse compromisso. Nunca a Câmara Legislativa deixou de votar um projeto que fosse para a melhoria do trabalhador. E mais ainda, Sr. Presidente: nós inclusive sempre passamos por cima do Regimento Interno desta Casa para dar prioridade total à Saúde.

Deixo aqui o meu compromisso com todas as categorias profissionais. Estou aberta para tentar entender as reivindicações que até agora não fui capaz de absorver. Tudo o que conseguimos encaminhar parece que não conseguiu satisfazer a categoria. Sinto-me profundamente triste por não ter sabido captar os anseios de vocês.

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

Item nº 29:

Apreciação, em turno único, do Processo nº 25, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "homologa convênio de ICMS nº 10/07, de 30 de março de 2007, e o convênio ICMS nº 68/07, de 6 de julho de 2007".

Relatores: Deputado - CEOF
Deputado - CCJ

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Roriz, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, designo o Deputado Cristiano Araújo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Processo nº 25, de 2008, que "homologa convênio de ICMS nº 10/07, de 30 de março de 2007, e o convênio ICMS nº 68/07, de 6 de julho de 2007".

Sr. Presidente, diante da relevância social de que se reveste a medida, somos favoráveis à homologação do convênio de ICMS nº 10/07, de 30 de março de 2007, e do convênio ICMS nº 68/07, de 6 de julho de 2007 pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, matéria apresentada na forma de projeto de decreto legislativo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Com a apresentação do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o Processo nº 25, de 2008, passa a ser apreciado como Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2008.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2008.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2008, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa convênio de ICMS nº 10/07, de 30 de março de 2007, e o convênio ICMS nº 68/07, de 6 de julho de 2007”.

Sr. Presidente, a proposta está redigida de acordo com as normas estabelecidas, e cabe a esta Casa, no mérito, regular a matéria com um projeto de decreto legislativo.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o. A matéria exige 16 votos favoráveis.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 10/10/2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 198/08
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): CEO Executivo
 Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	20			09	

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. BENÍCIO PONTES

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT. 1382

ASSP/ _____ Nº _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

O projeto está aprovado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2008, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa convênio de ICMS nº 10/07, de 30 de março de 2007, e o convênio ICMS nº 68/07, de 6 de julho de 2007”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Quero apenas comunicar aos Parlamentares que nós daremos seqüência às reuniões técnicas do projeto dos quiosques a partir de amanhã, às 10h da manhã, na sala da Liderança do PMDB.

Convido todos os Parlamentares interessados em participar dessa discussão a estarem amanhã, a partir das 10h, na sala da Liderança do PMDB. Aqueles que não puderem, encaminhem seus assessores com as suas emendas e sugestões, para que possamos iniciar a apreciação delas.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Solicito que seja



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

apreciado o Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2008, depois da apreciação do próximo item, até porque está prevista uma data para a realização dessa sessão solene.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Por parte desta Presidência, não há nenhum óbice. Apreciaremos o Item nº 9 e, logo depois, se os colegas concordarem, o projeto de V.Exa.

Item nº 9:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 904, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o vencimento básico da carreira médica do quadro de pessoal do Distrito Federal”.

Relatores: Deputado Berinaldo Pontes - CEOF

Deputado Wilson Lima - CAS

Deputada Eurides Brito - CCJ

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há dois dias, esta Casa faz a discussão acerca do reajuste da Saúde. Digo melhor: faz essa discussão desde o semestre passado, antes ainda do recesso. Todos e todas sabemos que havia e há um compromisso de que o reajuste seja para todas as categorias da Saúde – reajuste de alguns anos já. E nós aqui recebemos apenas a proposta de reajuste da categoria médica.

Todas e todos sabem que a Saúde se constrói multidisciplinarmente, que há uma incompletude profissional. Para termos uma Saúde de qualidade, é fundamental termos profissionais valorizados. Esses profissionais, várias vezes, são vítimas de doenças relacionadas ao trabalho, em função do exercício da profissão em condições que os colocam no mesmo patamar de heróis e heroínas. Muitas vezes, eles têm que improvisar e atendem cinco ou seis vezes mais pessoas do que é recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Eles buscam suprir com o seu trabalho diário o caos que este Governo instalou na Saúde do Distrito Federal. Diga-se de passagem que o DF detém o maior orçamento *per capita* do país para a área de Saúde.

Não se justifica que não tenhamos nem cinco por cento de cobertura com o PSF, por exemplo, no Distrito Federal. Não se justifica que tenhamos um parque tecnológico absolutamente defasado e sucateado. Não se justifica que tenhamos uma quantidade tão Insuficiente de profissionais.

Temos um compromisso com o reajuste do conjunto dos servidores da Saúde. Penso, muitas vezes, se a estratégia de não encaminhar o plano de reajuste ou o projeto de reajuste das demais categorias não segue uma lógica de dividir o segmento para que seja mais fácil implementar a política criminosa de terceirização,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

que foi questionada judicialmente. Essa terceirização está a pleno vapor, embora não tenha sido discutida e aprovada no Conselho de Saúde, como prevê a lei.

Digo, sem muito medo de errar, que o SUS pede socorro aqui no Distrito Federal. O SUS, que completa vinte anos neste ano, precisa ser implementado e está ameaçado pela lógica de um governo que se verga a interesses empresariais.

Então, nós vamos votar o reajuste dos médicos, porque essa foi a decisão do conjunto dos Parlamentares. Estamos tirando um compromisso de todas e de todos os Parlamentares desta Casa de que iremos acompanhar, cobrar e reagir como for possível se não vier para esta Casa o plano do conjunto dos servidores.

Eu, o Deputado Leonardo Prudente, a Deputada Eliana Pedrosa, a Deputada Jaqueline Roriz, o Deputado Paulo Tadeu e o Deputado Cabo Patrício estivemos hoje com o Secretário da Casa Civil e com o Secretário de Planejamento, e foi nos dito que o reajuste seria no mesmo patamar, que já existe um projeto negocial nesse sentido. Nós lhes falamos da retroatividade. Não é que o reajuste do projeto dos médicos seja retroativo. É que, como o projeto chegou em junho e como o reajuste conjunto da categoria se dará apenas em setembro, há três meses de diferença, que precisam ser reparados para que haja a isonomia.

Dissemos hoje que queremos isonomia, porque a Saúde é um todo. É justo o reajuste dos médicos, e é justo o reajuste de todos e todas que fazem o trabalho com todas as dificuldades para atender à população.

Portanto, vou encerrar dizendo que a negociação de amanhã, que foi cobrada hoje, é para discutir a retroatividade. O compromisso que foi feito é que o projeto vem, e vem com o mesmo percentual. Nós acompanharemos e cobraremos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 904, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera o vencimento básico da carreira médica do quadro de pessoal do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

A Deputada Erika Kokay solicitou a apreciação de um projeto de decreto legislativo de sua autoria. Caso os Deputados permaneçam em plenário, iremos apreciá-lo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas lembrar a esta Casa que, exatamente hoje, a Lei Maria da Penha completa dois anos. É uma lei fundamental para coibir a violência contra a mulher: tira dela o caráter de menor potencial ofensivo, dá à mulher as necessidades de proteção, reconhece a desigualdade, fruto de uma sociedade patrimonialista, sexista e machista, culturalmente construída na desigualdade de direitos.

Esse projeto de decreto legislativo, Sr. Presidente, homenageia uma mulher que tem sido uma das grandes implementadoras da Lei Maria da Penha aqui no Distrito Federal, já que sua implementação está em construção. Falo da Delegada de Defesa de Atendimento à Mulher, Dra. Sandra. Nada mais justo do que, no mês de aniversário da Lei Maria da Penha, homenagearmos quem a está cumprindo.

Para finalizar, afirmo que o balanço nacional que fizemos indica que a lei ainda precisa de grande esforço para se tornar uma realidade. A Dra. Sandra é uma das pessoas que cumprem a função de construir uma vida sem violência para com as mulheres, uma violência brutal porque o objeto do amor é um sujeito, via de regra, da agressão.

Sr. Presidente, agradeço a possibilidade de homenagearmos essa grande mulher aqui do Distrito Federal. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Sandra Gomes Melo".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Relatores: Deputado - CAS
Deputado - CCJ

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Sandra Gomes Melo.”

No âmbito desta comissão, não encontramos nenhum óbice. Somos pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Na ausência da Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, esta Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Sandra Gomes Melo”.

Sr. Presidente, em nome desta comissão, não encontramos óbice à aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Sandra Gomes Melo."

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 97 de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao General Cândido Vargas de Freire".

Em discussão, em turno único, os projetos.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, registro o meu voto contrário por uma questão de coerência. Sempre votei contrariamente à concessão de título de Cidadão Honorário por esta Casa.

Reitero, uma vez mais, o meu posicionamento a respeito desse assunto. Penso que não deve ser função desta Casa a concessão de título de Cidadão Honorário. Os papéis do Poder Legislativo, suas funções precípuas, devem ser de legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo, e não conceder títulos honoríficos, que, na minha opinião, em nada melhoram a vida da população.

Esse é o meu posicionamento. Por isso o meu voto contrário aos projetos de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em turno único.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Sandra Gomes Melo”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao General Cândido Vargas de Freire”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

(Assume a Presidência a Deputada Eliana Pedrosa.)

Item nº 24:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2008, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcos José da Silva”.

Relatores: Deputado - CAS

Deputado - CCJ

Solicito ao Deputado Wilson Lima que profira parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2008, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcos José da Silva”.

Sra. Presidente, declaro que não encontramos óbice à aprovação do projeto. Portanto somos por sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2008, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcos José da Silva”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, como não há óbice algum, somos pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 652, de 2006, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Fábio Barcellos e Albuquerque”.

O projeto já foi aprovado em todas as comissões, faltando apenas ser apreciado em Plenário.

Em discussão, em bloco, em turno único, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 185, de 2008, e 652, de 2006. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07 08 2008	15h30min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2008, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcos José da Silva”.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 652, de 2006, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Fábio Barcellos e Albuquerque”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h42min.)